

P. 1/2017

----- **CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO EM VIAS MUNICIPAIS.** -----

----- No dia quatro do mês de janeiro de dois mil e dezassete, no edifício dos Paços do Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, Oficial Público da Câmara Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente Contrato com os seguintes outorgantes: -----

-----**PRIMEIRO**-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela, outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680, por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----**SEGUNDO**-----

----- Diamantino de Almeida Cabral, casado, com o NIF 211 525 707 e o cartão de cidadão número 11151961, válido até 11/02/2020, emitido pela República Portuguesa e João Paulo de Almeida Cabral, solteiro, maior, com o NIF 206 064 470 e o cartão de cidadão número 10566204, válido até 30/03/2019, emitido pela República Portuguesa, ambos naturais e residentes na freguesia de Pindo, Concelho de Penalva do Castelo, com poderes para outorgarem em representação da Sociedade por Quotas Irmãos Almeida Cabral, Limitada, com o NIPC 503 335 096 e sede na dita freguesia de Pindo, Concelho de Penalva do Castelo, conforme verifiquei pela Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita em dois e dezembro de dois mil e treze, que arquivo sob o número um, titular do Alvará de empreiteiro de obras públicas número 34065 – PUB, que arquivo sob o número dois.

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal

que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a dos segundos outorgantes pela exibição dos mencionados documentos de identificação. -----

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 30/11/2016, que arquivo sob o número três, foi manifestada a intenção a intenção de adjudicar à firma aqui representada pelos segundos outorgantes e após procedimento por Ajuste Direto, a Empreitada de Reabilitação em Vias Municipais, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base datada de 28/11/2016, que arquivo sob o número quatro. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 09-12-2016, que arquivo sob o número cinco. -----

----- O valor da presente adjudicação é de cento e trinta e nove mil novecentos e setenta e oito euros e cinquenta cêntimos, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- Que esta empreitada é por série de preços e os pagamentos se efetuarão no prazo de sessenta dias após a receção pela Câmara das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, mediante Autos de Medição a realizar mensalmente, de acordo com o Caderno de Encargos, que arquivo sob o número seis. -----

----- Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações pecuniárias, tem o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora. ---

----- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a um por mil do preço contratual. -----

----- No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no parágrafo anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade. -----

----- O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução deste Contrato. -----

----- Que a revisão de preços será calculada nos termos do Decreto-Lei número 6/2004, de 96 de janeiro, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, mediante a seguinte fórmula tipo: -----

----- F32 – FÓRMULA AJUSTADA DE PAVIMENTAÇÃO. -----

----- Que esta empreitada deverá estar concluída quinze dias após a assinatura do Auto de Consignação, prevendo-se o seu início em 05/01/2017 e o seu termo em 20/01/2017. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro. -----

----- Pelos segundos outorgantes foi dito que aceitam para a firma que aqui representam, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de seis por cento, no montante de oito mil trezentos e noventa e oito euros e setenta e um cêntimos, é de cento e quarenta e oito mil trezentos e setenta e sete euros e vinte e um cêntimos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número sete: Certidão validada via internet e emitida em vinte e seis de outubro de dois mil e dezasseis pelo Serviço de Finanças de Penalva do Castelo, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número oito: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em nove de novembro de dois mil e dezasseis, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Documento número nove: Garantia Bancária número 438/2016-P no montante de treze mil novecentos e noventa e sete euros e oitenta e cinco cêntimos, correspondente ao valor de dez por cento da importância do contrato, passada a favor do Município de Tondela pelo Banco BIC Português, S.A. em quinze de Dezembro de dois mil e dezasseis, sendo que cinco por cento se destinam a garantia pelo cumprimento do Contrato e cinco por cento à retenção dos pagamentos. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 07-01-04-01, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 22385/2016, datado de 19/12/2016. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto na alínea h) do artigo 96 do

Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, que esta empreitada terá execução no corrente ano. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: _____

-----O Segundo Outorgante: _____

-----O Oficial Público: _____
